

BREVE HISTÓRICO DA POLÍTICA DE PERÍMETROS IRRIGADOS NO NORDESTE BRASILEIRO: DE SUA CRIAÇÃO À SUA REESTRUTURAÇÃO POLÍTICA

Antonia Vanessa Silva Freire Moraes Ximenes

Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Ceará/UFC

<https://orcid.org/0000-0001-7878-9433>

vanessafxgeo@gmail.com

Recebido: 18/12/2022 Aceito: 03/02/2023

71

RESUMO

A partir da consideração dos fatores que enriquecem esta narrativa, se produziu o presente trabalho com um breve histórico da política de perímetros irrigados: de sua criação à sua reestruturação, que trata da política de perímetros irrigados desde o seu surgimento até os dias atuais, refletindo sobre os aspectos que levaram à reorientação política, apontando assim os fatores que contribuíram para a criação da política e as mudanças apresentadas por essa, refletindo sobre o contexto social, político e econômico, vivenciados ao longo de sua trajetória.

Palavras-chave: perímetro irrigado, semiárido nordestino, recurso hídrico.

BRIEF HISTORY OF THE POLICY FOR IRRIGATION PERIMETERS IN THE BRAZILIAN NORTHEASTERN: FROM ITS CREATION TO ITS POLITICAL RESTRUCTURING

SUMMARY

From the consideration of the factors that enrich this narrative, the present work was produced with a brief history of the policy of irrigated perimeters: from its creation to its restructuring, which deals with the policy of irrigated perimeters from its inception to the present day, reflecting on the aspects that led to the political reorientation, thus pointing out the factors that contributed to the creation of the policy and the changes presented by it, reflecting on the social, political and economic context, experienced throughout its trajectory.

Keywords: irrigated perimeter, northeastern semi-arid region, water resource.

REFLEXÕES SOBRE OS PRIMEIROS MOMENTOS DA POLÍTICA DE PERÍMETROS IRRIGADOS.

Os perímetros irrigados resultaram de medidas estratégicas elaboradas em meio ao contexto em que se vivia no Brasil a Ditadura Civil-Militar (1964-1985), que empreendeu esforços para desarticular e sufocar os movimentos sociais, dentre os quais estavam aqueles que lutavam por reforma agrária, a exemplo das Ligas Camponesas que, desde a década de 1950, reivindicavam essa medida para solucionar inúmeros outros problemas sociais decorrentes da histórica concentração fundiária existente no Brasil, herança do período colonial que perdura até a atualidade.

Estrategicamente, os governos militares e civis recorreram a inúmeros artifícios para implantar, nas camadas sociais conservadoras, temores os quais vinculavam a atuação desses movimentos às possíveis ameaças à unidade e à segurança nacional, criminalizando os movimentos sociais com o apoio das mídias (como fazem até hoje),

controladas e inteiramente submissas aos governos com os quais mantinham estreitas relações.

Com o intuito de calar possíveis manifestações contrárias às medidas adotadas pelo governo militar, ganhou-se o apoio popular, se recorreu além dos violentos métodos de tortura aos quais se têm conhecimento, ao envolvente discurso de modernidade e progresso, dos quais adviria o desenvolvimento, utilizado como fator legitimador das ações verticalizadas e implementadas nesse período.

Como insurgente que era e berço de inúmeras lutas por melhorias sociais, o Nordeste brasileiro, na época, apontado pejorativamente como sendo “a região problema” logo foi envolvido no campo de influências dominadoras do governo ditatorial que tentou controlar as articulações que se davam no campo, por meio da criação de medidas direcionadas ao espaço agrário brasileiro, em especial, o nordestino.

Tais medidas visavam o controle dessa parcela populacional e foi sob a prerrogativa do desenvolvimento e modernização que se estabeleceu uma influência despolitizadora e manipuladora no campo, subordinando, através da aquisição do pacote técnico, sujeição ao mercado, dentre outros fatores “modernizantes”, o camponês ao capital. Ao refletir sobre esse momento, Braga (2009, p. 35) aponta que “a ideia da luta pela terra era muito ‘perigosa’, havendo a necessidade de implementar medidas mais concretas que serviriam como força amortecedora dos conflitos no campo”.

Compondo o conjunto de ações intervencionistas direcionadas ao Nordeste brasileiro, implementadas na década de 1970, estava a criação do Fundo de Investimento para o Nordeste (FINOR), em 1974; do Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste (POLONORDESSE) também em 1974; do Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo a Agroindústria do Norte e Nordeste do Brasil (PROTERRA) em 1975; da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) em 1976; do Programa Especial de Apoio ao Desenvolvimento da Região semiárida do Nordeste (PROJETO SERTANEJO) em 1976; da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) em 1981; do Programa de Irrigação no Nordeste (PROINE) em 1986 e do Programa Nacional de Irrigação (PRONI) em 1986.

Além desses, criou-se, por meio do Decreto-Lei de nº 1.106, de 16 de junho de 1970, o Plano de Integração Nacional (PIN), no qual o então presidente do Brasil, General Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), defendia ser o “mais importante projeto da área agrícola” do país naqueles tempos (MARTINS, 2008, p. 43). O plano era defendido no discurso oficial como sendo a “solução para os problemas decorrentes das secas e para a melhoria do padrão de vida das populações do Semiárido” (DINIZ, 1999, p. 84).

O PIN tinha o objetivo de atuar na promoção da integração dos territórios nacionais, articulando-os e os interligando, conferindo caráter unificador. Desse modo, planejou medidas a serem executadas pelas diferentes pastas que compunham os governos militares e civis, abrangendo a totalidade do território nacional, principalmente, as áreas mais “desconexas”, como as da região amazônica, e “problemáticas” como a região Nordeste.

No tocante ao Ministério dos Transportes, por exemplo, promoveu-se a construção de rodovias, a exemplo da Transamazônica, de portos e embarcadouros fluviais, inserindo assim, a região Amazônica no contexto das relações de mercado a partir de sua conexão com o Centro-Sul e, conseqüentemente, com o globalizante mundo dos negócios. Em parceria com o Ministério das Minas e Energia eram propostas do PIN: o levantamento topográfico, florestal e geomorfológico das áreas, a fim de se conhecer aspectos relativos à umidade do solo e à possível existência de minerais energéticos¹. (FGV, 2017).

No que se refere aos ministérios da Agricultura e do Interior, o PIN previa a criação de mecanismos de colonização e do que defendiam ser uma “reforma agrária”. Esses seriam os seus principais objetivos. Para tanto, seriam implantados projetos agropecuários e agroindustriais no momento em que a irrigação passava a ser “o eixo central de uma política pública de combate às secas, que visava modernizar o campo, através do estímulo ao uso de técnicas modernas e de investimentos de capitais públicos, organizando o espaço para a atividade capitalista no campo”, como aponta Diniz (1997, p. 74).

Desse modo, a política de perímetros irrigados para o semiárido nordestino surgiu no discurso oficial como uma importante solução aos problemas regionais fossem esses de ordem natural, decorrentes das secas, em especial; social, caracterizados pelas ameaças que os movimentos sociais e luta por reforma agrária representavam à permanência e estabilidade dos governos militares e ainda, econômicos, por meio da modernização do campo com vistas ao desenvolvimentismo nacional a partir da solução de problemas pontuais referentes àquela que consideravam uma “região problema”.

De acordo com o discurso oficial propagado na época da criação dessa política, os perímetros irrigados derivariam de processos envolvendo ampla pesquisa realizada por estudiosos de diferentes áreas: econômica, social, política, hidrográfica, agrônômica, dentre outras. Esses pesquisadores faziam estudos prévios nas áreas pretendidas para os projetos, traçando assim um perfil natural e socioeconômico das mesmas.

Tais processos envolviam, ainda, a seleção das áreas, as desapropriação de terras e, em muitos casos, expropriação dessas, muito embora isso não fosse propagado no discurso (talvez por não combinar com o otimismo empregado no mesmo), implantação de infraestrutura de irrigação, seleção, assentamento e treinamento de colonos, além da organização das áreas destinadas ao plantio e aquelas destinadas à habitação.

Estabelecendo-se, ainda, a implantação e o gerenciamento dos perímetros irrigados no semiárido de inteira responsabilidade do DNOCS, órgão que, até então, tinha sua atuação na região Nordeste direcionada à construção de açudes, poços e demais mecanismos de reservas hídricas com vistas ao “enfrentamento” dos problemas trazidos pelas estiagens prolongadas.

Entretanto, o que se percebeu foi a captura das ações do órgão por parte das elites agrárias locais que, por serem detentoras das terras nas quais eram construídos tais reservatórios,

¹PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO NACIONAL (PIN). FGV/CPDOC. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/programa-de-integracao-nacional-pin>> Acesso em 16 de abril de 2017.

acabavam por ter fortalecido o seu poderio perante a população sertaneja que, contraditoriamente, a cada ação estatal na região, ficava ainda mais refém das elites.

Ao tratar da captura das políticas públicas direcionadas ao semiárido nordestino, por parte dos grupos hegemônicos locais, detentores não somente das terras, mas como do poder econômico e político, já que no semiárido, pareciam indissociáveis. Seriam essas “ações públicas que mais se prestam a manter grupos no poder do que de promover de fato o esperado desenvolvimento” (CHACON e BURSZTYN, 2016, p. 01).

Portanto, ao se trazer essa análise para o contexto estudado, presume-se que, apesar do discurso oficial elencar o “desenvolvimento” como objetivo da política de perímetros irrigados, entende-se que, de fato, se buscava alcançar o crescimento econômico a partir desses projetos, apontados como solução para a agricultura regional, que não mais estaria suscetível à ocorrência de chuvas, logo, mitigaria os problemas decorrentes das secas no sertão semiárido.

Na década de 1970, objetivando a legitimação das ações estatais no semiárido, os perímetros irrigados eram apresentados nos relatórios do DNOCS como integrantes de medidas efetivas à melhoria de questões estruturais, a exemplo da baixa produtividade da terra semiárida que, doravante, com a inserção de técnicas e modernas tecnologias caracterizadas pelo sistema de irrigação por aspersão e o maquinário presentes nos projetos, atingiriam índices produtivos mais satisfatórios.

Nesse contexto, citava-se, também, a alta concentração de terras, reconhecida nos relatórios como sendo uma das causas dos problemas socioeconômicos regionais, cujo combate adviria dessa política que, mediante processos desapropriatórios, promoveria reformas redistributivas das terras. Tentando convencer que, através dos perímetros irrigados, atenderiam aos anseios daqueles que lutavam por reformas na distribuição das terras brasileiras, ajustando assim, o problema da terra aos objetivos do desenvolvimentismo econômico que orientava as ações dos governos militares e civis.

Ainda segundo o discurso oficial, ao atuar nessas frentes, os perímetros irrigados figurariam como redutores dos problemas regionais históricos, pois dentre os benefícios trazidos pelos mesmos, estariam seus reflexos positivos na diminuição do êxodo rural, uma vez que, promoveriam maior fixação do homem no campo, a partir da colonização de suas áreas por parte das famílias camponesas ingressantes nos mesmos, defendendo tal política como criadora de mecanismos garantidores da permanência no campo.

Assim, o Estado brasileiro utilizava esses e muitos outros argumentos. Envolvia a população sertaneja no discurso dos perímetros irrigados como sinônimo de uma “onda progressista” que tiraria os sertanejos do atraso agrícola e os incluiria no território nacional como protagonistas e não mais, apenas, como as parcelas excluídas nas quais estariam fadadas a seguir sempre à reboque dos resquícios dos avanços conquistados pelo Centro-Sul.

Contudo, entre as muitas falácias do discurso oficial e otimismo com relação à política de perímetros irrigados, a pesquisadora Diniz (1997) aponta o seu caráter conservador e pouco transformador da realidade desigualitária e excludente vivenciada no semiárido nordestino, uma vez que:

Nesse período, o Estado capitalista implementa mudanças de caráter conservador, dirigidas a um processo de modernização da agricultura, via política de irrigação modificando o processo produtivo, as relações de trabalho e intensificando o uso de insumos artificiais. Tais mudanças não alteraram a estrutura fundiária baseada no latifúndio, tampouco significaram melhoria das condições de trabalho no campo, o que bem expressa o conceito usado por Graziano da Silva (1981) de modernização dolorosa (DINIZ, 1997, p. 74).

Esse caráter conservador das velhas estruturas fundiárias, destacado por Diniz (1997), evidenciou-se com o passar dos anos, quando essa política sofria importantes alterações, sendo por isso classificada em duas fases distintas: antes e depois de sua reorientação política, reorientação que é também a (re) orientação do capital, ou seja, a política de perímetros irrigados se submete aos anseios da política econômica traçada para o Brasil em determinados momentos de sua história.

Assim, se tem a primeira fase da política de perímetros irrigados, a qual é datada das décadas de 1970 a 1980 e que trazia consigo aspectos intervencionista, paternalista e autoritário que por meio de medidas assistencialistas, intermediadas pelo DNOCS, mantinha reféns aqueles por elas atendidos.

O autoritarismo estatal, característica dos governos militares e civis presente, também, nas ações voltadas à agricultura no semiárido, torna-se evidente nos discursos a exemplo daquele proferido pelo, então, ministro da agricultura do governo Geisel (1974-1979), Alysson Paulinelli, ao determinar que o “agricultor que pensava em termos de subsistência, vai ter que pensar em termos de mercado. Ele passa a ter que se organizar como uma empresa, preocupado não apenas com a produção, mas com a comercialização” (CNBB, *apud* MARTINS, 2008, p. 45).

Determinações assim faziam parte do contexto de regras impostas pelo DNOCS aos ex-camponeses convertidos em pequenos produtores no interior dos perímetros irrigados. Essas aspirações, inclusive, faziam parte de um contexto maior, cujo principal anseio era transformar não somente o camponês em capitalista, mas a agricultura em (agro) negócio. O principal fator responsável pelas mudanças sofridas pela política de perímetros irrigados tem sua origem na atuação do Estado brasileiro, responsável por esses projetos que ao aderirem o neoliberalismo econômico, direcionou os perímetros irrigados ao atendimento das demandas do capitalismo, submetendo essa política social aos anseios econômicos que passaram a influenciar primordialmente seus rumos.

Desse modo, têm-se claras mudanças no público atendido pelos perímetros irrigados, bem como, no foco de atuação dos mesmos. Na década de 1970, nos documentos e relatórios acerca dos projetos públicos de irrigação, aparecem como beneficiados apenas famílias de camponeses que, após serem selecionados pelo DNOCS, habitariam os projetos, dedicando-se à prática da agricultura familiar, associada ou não à criação de animais, a depender do que o DNOCS determinava como sendo a “vocação” de cada projeto.

Um exemplo do atendimento está no relatório do DNOCS sobre a implantação do Araras Norte. No relatório, elaborado ainda com base nos princípios que regiam a primeira fase da política, eram defendidos como beneficiados diretos do projeto, um número de 857 famílias que seriam “contempladas” pela distribuição de 857 lotes. Não aparecendo possibilidades de entrega de lotes a outros beneficiados, que não fossem essas famílias:

O projeto Araras Norte objetiva irrigar 3.023 hectares, distribuídos em lotes familiares de 3,50 hectares (829 lotes) e 4,35 ha (28 lotes), perfazendo um total de 857 lotes, beneficiando diretamente 857 famílias, sendo 241 da área do projeto e o restante das áreas vizinhas (DNOCS, 2013).

Com o passar do tempo, essa característica sofreu alterações, porém, por ora, atenta-se para o fato dos projetos apresentados na década de 1970, tinham um viés nitidamente assistencialista, cuja apresentação feita pelo discurso oficial, buscava equipará-los às medidas reformistas direcionadas à promoção de distribuição de terras no semiárido nordestino. A forma como se deu essa política nos anos de 1970, com a apresentação da mesma e dos primeiros projetos, evidencia aspectos paternalistas e autoritários do Estado brasileiro sob a égide dos governos militares e civis.

Dentre os processos que resultariam na implantação dos projetos, tinha a escolha das áreas a serem desapropriadas e expropriadas pelo Estado para inserção do mesmo. A expropriação ocorria em casos cuja documentação das terras não fosse devidamente comprovada, ou seja, mediante a inexistência de documentos de posse em nome dos camponeses que nelas vivessem. O que era comum na época, dada a falta de informação e à informalidade característica daqueles tempos, quando o acesso à informação e alfabetização era privilégio de poucos.

Nesse contexto, cabia ao DNOCS selecionar e transformar os espaços/territórios, criando infraestrutura e tecnologias, configurando-se assim, num ponto luminoso em meio a um sertão visto como sendo “seco e atrasado”. Assim a política de perímetros irrigados, imprimia nesse sertão os aspectos progressistas da modernização agrícola, aqui caracterizada pela criação dos mecanismos viabilizadores do desenvolvimento e prática da agricultura irrigada.

As desapropriações ocorriam mediante a comprovação da efetiva posse das terras, observadas pelos técnicos do DNOCS que após a análise das terras, atribuíam um valor às mesmas, tomando como base atributos tais como sua extensão e as benfeitorias que, por ventura, as mesmas apresentassem.

Os processos desapropriatórios e expropriatórios se apresentaram como sendo um dos muitos desarranjos provocados pela política verticalizada, pois, quando de sua elaboração, não se consultou a opinião pública, nem tampouco se considerou possíveis desajustes a serem provocados nas vidas das famílias envolvidas, seja como desapropriados/expropriados, ou como selecionados, como colonos/irrigantes dos projetos.

Os primeiros desarranjos dizem respeito àqueles cujas vítimas foram as famílias desapropriadas ou expropriadas que, de forma repentina, foram avisados que deveriam deixar suas terras para que essas recebessem a implantação de um projeto público de agricultura irrigada no qual até poderiam se inscrever e participar do processo seletivo para tornar-se um colono/irrigante. Porém, não haveria qualquer garantia de que esses seriam selecionados. Em caso positivo, não era garantida a permanência nas mesmas terras onde viveram até a chegada do DNOCS.

É importante atentar para o fato de que essa intervenção estatal repentina estabeleceu importantes rupturas na vida das famílias atingidas pela mesma. A gravidade da ordem de desocupação das áreas selecionadas expulsou grupos familiares que, por sua vez, percebiam aquelas terras como morada, refúgio, fonte de alimento, local de trabalho, sinônimo de convívio social e contato com a natureza, dentre tantas outras significações pessoais.

Esse conjunto de ligações afetivas entre as famílias despejadas com as terras desapropriadas e expropriadas faziam das terras o seu lugar no mundo. Aquele que é capaz de guardar sua história e a de seus antepassados.

Daí a intensidade das rupturas e sutileza das questões envolvendo esses processos que podem ser entendidos, com base no olhar geográfico, como sendo de desterritorialização e reterritorialização, pois, com a retirada das famílias de suas terras, houve migração para outros lugares, onde tiveram que se adaptar e (re) começar uma nova história.

Essa percepção vale, inclusive, para aqueles que mesmo tendo sido selecionados pelo DNOCS como irrigantes, passam a ocupar áreas distintas daquelas nas quais eram situadas suas terras e que, portanto, lhes pareciam estranhas, pois por não guardarem suas memórias, ou contarem sua história, não havia identificação com as mesmas. Portanto, ao colono/irrigante caberia o (re) começo. Esse processo de adaptação não estaria limitado ao novo lugar de morada, pois incluiria também o novo modo de viver e produzir que, nos perímetros irrigados, era determinado pelo DNOCS.

Às famílias desapropriadas ou expropriadas não selecionadas como colônias/irrigantes pelo DNOCS restou a partida para outras áreas, em grande parte, para as zonas urbanas situadas nas proximidades de suas antigas terras. Ao se estabelecer nessas, passaram a viver de forma distinta, seguindo uma dinâmica mais urbanizada que, aos poucos e com distintas intensidades foi os afastando do campo e do conjunto de relações que esse envolve. Transformando principalmente a relação dos mesmos com a terra e com o trabalho.

A vida urbana fez com que os ex-camponeses se inserissem em outras atividades. Na maioria dos casos, naquelas componentes do setor terciário, afastando gradativamente da agricultura, à medida que o contexto ao qual estavam inseridos não contribuía para a retomada do contato com a terra. Ironicamente, esse elo com a terra havia se fragilizado ou perdido quando foram expulsos do campo por uma política defendida no discurso oficial como sendo capaz de promover a fixação dos sertanejos no campo.

Assim, mediante processos de desapropriação e expropriação de terras pelo DNOCS, fez-se no Semiárido nordestino, desde o final da década de 1960, a implantação de um total de 38 projetos de irrigação, distribuídos entre as unidades federativas da Bahia, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Ceará, conforme se observa no Quadro 1, a seguir:

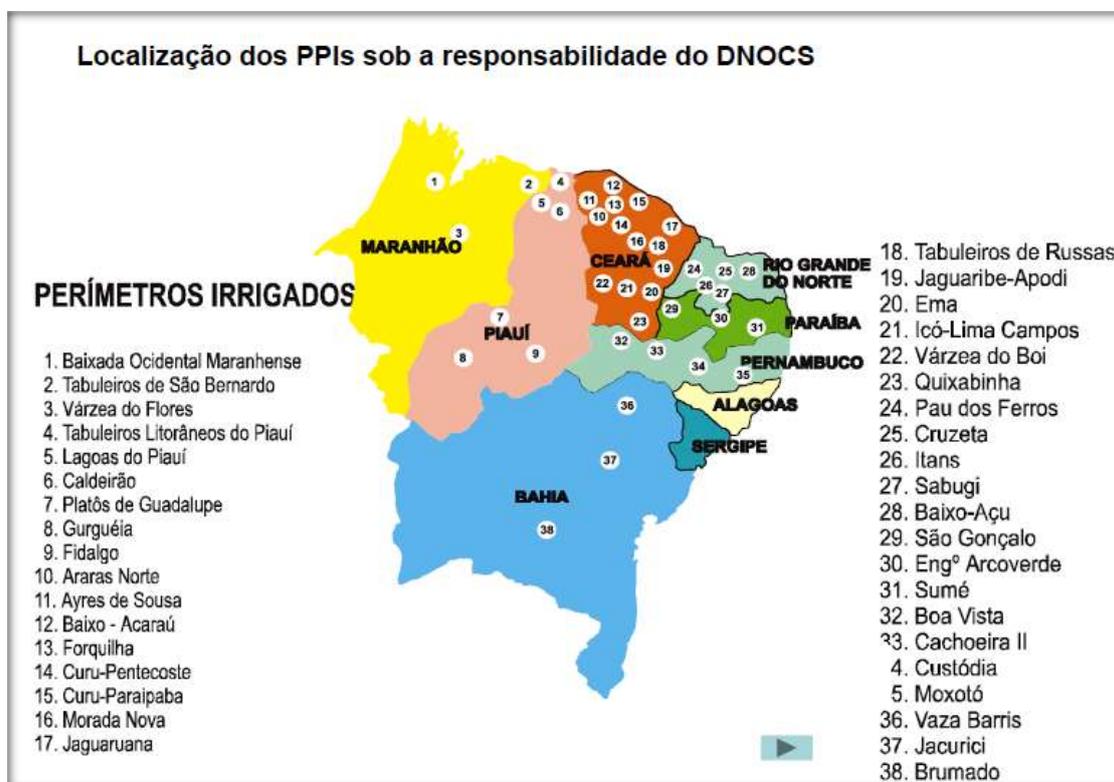
Quadro 1- Distribuição dos perímetros irrigados no Semiárido, por unidade federativa.

UNIDADES FEDERATIVAS	Nº DE PERÍMETROS	PERÍODO DE CONSTRUÇÃO		
		1968-1979	1980-1989	1990-1992
Bahia	3	3	0	0
Ceará	14	10	3	1
Paraíba	3	3	0	0
Pernambuco	4	4	0	0
Piauí	6	4	2	0
Rio Grande do Norte	5	4	1	0
Maranhão	3	0	3	0
TOTAL	38	28	9	1

Fonte: DNOCS (2012). Organizado por Ximenes (2013).

A distribuição espacial desses perímetros irrigados no semiárido nordestino pode ser visualizada na imagem da Figura 2.

Figura 1- Perímetros irrigados implantados no Semiárido.



Fonte: Ministério da Integração Nacional; Secretaria de Infraestrutura Hídrica (2013).

Com base nas informações contidas no Quadro 1 e na Figura 1, é possível entender que o Ceará foi o estado que mais recebeu perímetros irrigados pois, ao longo de três décadas,

foram implantados 14 projetos em 22 municípios, sob a prerrogativa de se promover a modernização agrícola cearense e assim, dinamizar a economia regional, a partir da agricultura irrigada a ser desenvolvida nesses projetos.

Assim, nos dois últimos anos da década de 1960 se deu início aos processos intervencionistas que culminaram na materialização dos projetos, pois foram construídos: o Morada Nova e o Icó-Lima Campos, cujo início das obras de implantação ocorreram nos anos de 1968 e 1969, respectivamente.

Na década de 1970 foram implantados mais 8 perímetros irrigados, que receberam os nomes de: Quixabinha e Ema, ambos os projetos implantados no período correspondente aos anos de 1971 a 1973; Várzea do Boi, de 1973 a 1975; Curu-Paraibapa (1974) e, por sua vez, os projetos Curu-Pentecoste e Forquilha datam do período entre os anos de 1974 a 1979, tendo sido implantado, ainda, o projeto Jaguaruana entre os anos de 1975 a 1979. Além desses projetos públicos de irrigação citados, no período compreendido entre os anos de 1974 e 1978, surgiu aquele que consiste em um dos objetos desta pesquisa: o projeto “Ayres de Souza”, localizado no distrito sobralense de Jaibaras, onde foram desapropriados 8.942,75 hectares de terras.

Nos anos de 1980, quando a política ainda vivia sua primeira fase, percebe-se uma mudança significativa na mesma, referente aos seus beneficiários, que na década anterior se restringiam aos camponeses com tradição na agricultura, mas, que doravante contemplaria ainda três outros grupos, denominados pelo DNOCS como sendo categorias. São essas: a de empresas; a de técnicos agrícolas e aquela relativa aos engenheiros agrônomos.

Por sua vez, essas três categorias, apesar de estarem previstas em menor quantidade em cada projeto, teriam direito à parcelas de terras superiores àquelas destinadas aos ex-camponeses inseridos nesses, que por estarem inseridos na lógica produtiva imposta pelo DNOCS, agora eram chamados pequenos proprietários.

O Quadro 2 apresenta dados relativos à forma como foi distribuída as terras do projeto Araras Norte. Nesse é possível identificar as desigualdades envolvendo essas Categorias e as glebas a que tinham direito.

Quadro 2- Distribuição de terras do Araras Norte por categoria de irrigante.

CATEGORIA DE IRRIGANTE	ÁREA MÉDIA (ha)	QUANTIDADE	ÁREA TOTAL (ha)
Pequeno Produtor	7,00	89	623,00
Técnico Agrícola	11,00	3	33,00
Engenheiro Agrônomo	9,33	9	84,00

Empresa	302,90	2	605,80
TOTAL		103	1.345,80

Fonte: DNOCS (2012). Adaptado por Ximenes (2015).

Essa abertura dos projetos para o ingresso de empresas e técnicos seria o prenúncio de um processo de transição pelo qual passariam com a criação e entrada dessas novas categorias trazia o desejo de adaptar as atividades ali desenvolvidas, para que essas pudessem atender anseios econômicos mais específicos. Para tanto, a atuação dessas categorias serviria como um modelo a ser seguido pelos pequenos produtores, cabendo aos mesmos, adaptar-se e seguir os direcionamentos do DNOCS, tendo em vista a atuação dessas categorias.

Ainda na década de 1980, no Ceará, foram implantados mais três perímetros irrigados: o Baixo-Acaraú, no ano de 1983; o Jaguaribe-Apodí em 1987 e no mesmo ano tem-se a implantação do Araras Norte (1987), situado em áreas constituintes dos municípios de Varjota e Reriutaba, para o qual foram desapropriadas e/ou expropriadas 6.407,39 hectares de terras. Esse tem relevância nesta pesquisa pelo fato de se constituir em um dos objetos de estudos da mesma. Relevantes informações acerca dos perímetros irrigados cearenses encontram-se organizadas no Quadro 3, que traz em destaque os dois projetos estudados nesta pesquisa.

Quadro 3- Lista contendo dados dos perímetros irrigados implantados no Ceará.

PERÍMETRO IRRIGADO	MUNICÍPIO	FONTE HÍDRICA	ÁREA (ha)		IMPLANTAÇÃO/ANO		
			DESAPROPRIADA	IMPLANTADA	INÍCIO	TÉRMINO	OPERAÇÃO
ARARAS NORTE	VARJOTA; RERIUTABA	AÇUDE PAULO SARASATE	6.407,39	1.616,50	1987	2014 ²	1998
AYRES DE SOUZA	SOBRAL	RIO JAIBARAS (AFLUENTE DO RIO ACARAÚ)	8.942,75	615,00	1974	1978	1977
BAIXO-ACARAÚ	MARCO; BELACRUZ; ACARAÚ	RIO ACARAÚ	13.909,42	8335,00	1983	-	2001
CURU-PARAIBAPA	PARAIPABA	RIO CURU	6.912,50	3.004,14	1974	-	1975
CURU-PENTECOSTE	PENTECOSTE; SÃO LUIZ DO CURU	AÇUDE GENERAL SAMPAIO, AÇUDE PÉREIRA MIRANDA	4.569,37	1.068,00	1974	1979	1975
EMA	IRACEMA	AÇUDE EMA	352,03	42,00	1971	1973	1973

²Ano previsto para a finalização da segunda etapa, entretanto, ainda, não foi concluída.

FORQUILHA	FORQUILHA	AÇUDE FORQUILHA	3.327,13	218,00	1974	1979	1977
ICO-LIMA CAMPOS	ICÓ	AÇUDE LIMA CAMPOS	10.583,18	2.712,00	1969	-	1973
JAGUARIBE-APODI	LIMOEIRO DO NORTE; QUIXERÉ.	RIO JAGUARIBE (ATRAVÉS DO AFLUENTE RIO QUIXERÉ)	9.605,71	5.465,09	1987	-	1989
JAGUARUANA	JAGUARUANA	RIO JAGUARIBE	343,08	231,31	1975	1979	1977
MORADA NOVA	MORADA NOVA; LIMOEIRO DO NORTE.	AÇUDE BANABUIÚ; AÇUDE PEDRAS BRANCAS	11.166,31	4.474,19	1968	-	1970
QUIXABINHA	MAURITI	AÇUDE QUIXABINHA	530,35	293,00	1971	1973	1972
TABULEIRO DE RUSSAS	RUSSAS; LIMOEIRO DO NORTE; MORADA NOVA	RIO JAGUARIBE E RIO BANABUIÚ	18.915,00	10.765,72	1992	-	2004
VÁRZEA DO BOI	TAUÁ	AÇUDE VÁRZEA DO BOI	12.878,71	326,00	1973	1975	1975
TOTAL DE PERÍMETROS IRRIGADOS CEARENSES			108.443,98	52.689,31	-	-	-

Fonte: Freitas (2010). Adaptado por Ximenes (2014).

Viabilizando a agricultura irrigada a ser desenvolvida nesses projetos, estavam os reservatórios hídricos, cuja localização era fator determinante na seleção das áreas para implantação dos perímetros irrigados. Os açudes responsáveis pelo aporte hídrico, também, foram construídos pelo DNOCS em um período antecessor à política de perímetros irrigados, no qual o referido órgão tinha a sua atuação marcada pela construção de reservatórios, período que se convencionou denominar como sua fase hidráulica (1909 a 1960).

O desejo de tornar realidade a proposta da agricultura irrigada nos perímetros e com isso, propagar o legado dos governos militares e civis, fez com que se inaugurassem os projetos apesar de alguns setores dos mesmos apresentarem obras inacabadas. Com isso, a infraestrutura presente nos projetos não se mostra distribuída em suas áreas de forma igualitária e totalizante, existindo setores nos quais jamais receberam águas (nem para irrigação, nem para consumo humano) já que nos mesmos não foi implantada a infraestrutura de irrigação a qual, por sua vez, é justamente o que caracteriza os perímetros irrigados e os diferencia das outras áreas de cultivo.

Marcando esse período inicial da história dos perímetros irrigados no semiárido, estava ainda, a seleção daqueles sujeitos responsáveis pela ocupação e produção nos projetos:

os colonos/irrigantes. A referida política trazia em seu bojo aspectos excludentes, evidenciados nesse processo seletivo o qual, primeiramente, apresentava caráter machista patriarcal, já que eram selecionados apenas homens, de preferência jovens, com aptidão e disposição para o trabalho no campo.

Antes de serem aceitos como colonos/irrigantes nos perímetros, os candidatos tinham, ainda, suas vidas e a de suas famílias investigadas pela equipe técnica do DNOCS, que, segundo as informações obtidas nas entrevistas realizadas com famílias que viveram esses processos, iam até as imediações da residência do candidato, a fim de saber de sua procedência, ou seja, de como esse se comportava em meio à vida social.

Eram consideradas informações importantes àquelas que revelassem se o candidato era ou não praticante do que os entrevistados chamaram de “arruaças”, caracterizados por eventos tais como brigas de rua, bebedeiras e farras. E ainda, se os mesmos eram preguiçosos e/ou conflituosos. O conhecimento prévio dessas características era importante no processo seletivo pelo fato de que as mesmas seriam úteis para traçar o perfil de cada candidato.

Além de vocação para a vida no campo, era fundamental ainda, que esses candidatos demonstrassem características que, assegurasse sua convivência harmônica com seus vizinhos e, principalmente, com a equipe do DNOCS. Aqueles não correspondentes a esse conjunto de atributos do colono/irrigante modelo, eram considerados ameaças em potencial ao sucesso do projeto e, por isso, não eram aceitos nos mesmos. Sendo esse mais um fator evidenciador do caráter excludente da política.

Entretanto, tal política deveria dar condições de soerguimento e sobrevivência, a partir do trabalho na terra, para todos aqueles que dessa necessitavam, uma vez que, seria a partir do acesso à terra e do trabalho na mesma, que se promoveria a reversão dos conflitos e ainda, a elevação da autoestima do país de famílias considerados “problemáticos”, ociosos e alcólatras, no entanto, essas famílias são vítimas dos históricos processos desigualitários ao quais foram submetidas. Portanto, são produto do contexto social na qual estão inseridas.

Aos que conseguiam passar no processo seletivo do DNOCS para escolha de colonos/irrigantes, restava à adaptação ao novo modo de vida e de produção agrícola na qual estariam submissos a partir de sua entrada nos projetos. Esse foi um novo momento de desarranjos e rearranjos nas vidas das famílias selecionadas que, passavam por processos de des-re-territorialização. Cabendo às mesmas o convívio harmônico e a obediência aos técnicos do DNOCS, seguindo assim, o conjunto de regras de conduta a serem obedecidas pelas famílias colonas/irrigantes.

Ao refletir sobre esse delicado momento nas vidas das famílias, marcado pelo ingresso das mesmas nos projetos de irrigação, Diniz (1997, p. 34), com base no estudo que realizou sobre a experiência vivida por esses atores no perímetro irrigado Icó-Lima Campos, defende que “ao chegar no perímetro, o trabalhador não só recebe um novo apelido, mas um novo modo de viver, de produzir, de trabalhar a terra, de morar.”

A autora aponta ainda, as medidas estratégicas existentes por trás da colonização estabelecida nos perímetros irrigados, que nada mais seria, senão “uma medida paliativa

implementada pelos governos militares no intuito de desmobilizar os crescentes conflitos no campo, colocando-se, também, como uma forma de aumentar a produtividade no meio rural ” (DINIZ, 2002, p. 42).

Assim sendo, a colonização dos projetos contribuiria com a despolitização camponesa, além de sujeitar esses camponeses, agora transformados em colonos, às demandas produtivas da agricultura modernizada. Trazendo para o escopo dos projetos, desde o início, os preceitos capitalistas mercadológicos findariam por transformar todas as relações estabelecidas dentro e fora dos projetos e protagonizadas pelos atores envolvidos com os mesmos.

A forma como se deu esse processo de inserção dos colonos nos projetos estabeleceu o que o discurso oficial anunciava como sendo uma medida redistributiva, na qual, além de atender às demandas modernizadoras impostas pelo desenvolvimentismo, esses teriam acesso à terra, portanto, estariam contemplando os anseios daqueles que lutavam pela desconcentração fundiária, a partir da desapropriação de terras e redistribuição dessas em forma de lotes.

Entretanto, o que se verificou foram, minimamente, aspectos de uma reforma agrária “às avessas”, ou seja, conservadora, pois se manteve o caráter concentrador de terras, por meio de uma política baseada no latifúndio, uma vez que cada colono tinha direito à cessão de uso de um lote com extensão, muitas vezes, superior ao que poderia cuidar com sua família. Por outro lado, deixavam de fora dessa política os camponeses que não atendiam aos critérios requisitados pelo DNOCS quando da partilha das terras. Esses, portanto, permaneciam sem acesso à terra.

Ao discutir a política de perímetros irrigados e sua repercussão negativa na luta pela conquista da terra, por parte dos movimentos sociais, Freitas (2010, p. 51-52) aponta que: “o projeto dos perímetros tinha o objetivo de amenizar os conflitos sociais que provinham, principalmente, das lutas das Ligas Camponesas. Na verdade, a política de irrigação acabou inviabilizando uma verdadeira reforma agrária”, sendo consenso entre autores, a exemplo das pesquisadoras Diniz (1997) e Freitas (2010), a conclusão de que esses projetos tratam-se de manobra para a não resolução do problema da concentração de terras no semiárido nordestino.

Além de inviabilizar a reforma agrária e enfraquecer os mecanismos de luta por essa, a política de perímetros irrigados trouxe desarranjos à vida dos camponeses, uma vez que promoveu processos de desapropriação e expropriação de terras de famílias que viviam nas mesmas, inserindo nessas terras outras famílias que, por sua vez, teriam que se adaptar não somente ao novo lugar que pertenciam a partir de então, mas também, ao modelo produtivo e aos padrões de vida impostos pelo DNOCS para que a experiência da colonização e modernização agrícola, através de perímetros irrigados, fosse bem sucedida.

Com isso, ao final dos processos que resultaram na implantação de perímetros irrigados, foram percebidos os desajustes ou “rearranjos” provocado na vida dos camponeses que, antes da criação da política de perímetro irrigados, desenvolviam atividades em regime familiar e que, a partir da intervenção estatal, esses que “já estavam “fixos” no campo, foram obrigados a sair daquelas terras para dar “espaço” à implantação de uma nova

forma de viver, trabalhar e produzir a terra, onde se observava outros critérios e prioridades, criados mediante o atendimento de necessidades externas àquele território, defendendo interesses alheios e por isso estranhos” a esses camponeses intensamente atingidos por tal política (XIMENES, 2015, p. 78).

A infraestrutura presente nos perímetros irrigados, moderna para os padrões da época, era defendida no discurso oficial como sendo uma das muitas vantagens que por sua vez, diferenciariam os produtores vinculados aos projetos dos demais, criando assim um sistema hierárquico no campo ou intensificando as relações desiguais pré-existentes. Nesse discurso oficial, se percebia claramente a tentativa de se criar, no imaginário dos camponeses selecionados para os projetos, a noção de que a partir da utilização do pacote técnico, esses camponeses, agora denominados pequenos produtores, teriam garantida sua produção, pois essa não estaria mais suscetível às condições climáticas, por isso, a colheita independia das precipitações anuais.

Na gestão dos perímetros, o DNOCS imprimiu a marca intervencionista e autoritária e paternalista do Estado brasileiro sob os governos do regime civil-militar. Isso é perceptível ao se buscar entender como se dava a atuação desse órgão, que traz para o cotidiano dos perímetros irrigados claras nuances desse regime, inserindo inclusive, algumas regras de conduta no cotidiano das famílias selecionadas como colonas/irrigantes dos perímetros irrigados.

Para tanto, conta com suporte de diferentes profissionais, dentre os quais têm relevância as assistentes sociais, quem influenciavam e interferiam diretamente no dia a dia das famílias colonas dos projetos implantados em meados das décadas de 1970 e 1980, quando a política de perímetros irrigados ainda se apresentava na sua versão assistencialista, característica desta primeira fase da política.

REFERÊNCIAS

BRAGA, A.M.F.A. **Tradição Camponesa e Modernização: experiências e memórias dos colonos do perímetro irrigado de Morada Nova/CE**. Fortaleza: DNOCS/BNB-ETENE, 2009.

CHACON, S.S.; BURSZTYN, M. **Análise das políticas públicas para o sertão semiárido: promoção do desenvolvimento sustentável ou fortalecimento da pobreza?** Brasília, 2014. Disponível em: <http://www.ecoeco.org.br/conteudo/publicacoes/encontros/vi_en/artigos/mesa5/analise_das_politicas_publicas.pdf> Acesso em 01 de agosto de 2016.

DINIZ, A.S. A intervenção do Estado e as relações de poder na construção dos perímetros irrigados no Nordeste. **Revista Casa da Geografia**. Sobral, Volume 1, 1999. p. 81-90.

DINIZ, A.S. _____. **Território Controlado – Território (Re) Criado: os laços e rupturas das relações Estado e Irrigantes**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Recife, Pernambuco, 1997. 156 f.

FGV/CPDOC. **O Governo de Juscelino Kubitschek: O Brasil de JK e a criação da Sudene**. Disponível em:

<<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Economia/Sudene>> Acesso em: 20 de outubro de 2014.

FGV/CPDOC. **Programa de Integração Nacional (PIN)**. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/programa-de-integracao-nacional-pin>>. Acesso em 16 de abril de 2017.

FGV/CPDOC. **Programa de Integração Nacional (PIN)**. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/programa-de-integracao-nacional-pin>>. Acesso em 16 de abril de 2017.

FGV/CPDOC. **Programa de Integração Nacional (PIN)**. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/programa-de-integracao-nacional-pin>>. Acesso em 16 de abril de 2017.

FREITAS B. M. C. **Marcas da modernização da agricultura do Perímetro irrigado Jaguaribe - Apodi: uma face da atual reestruturação socioespacial do Ceará**. 2010. 181 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual do Ceará – UECE, Fortaleza, Ceará, 2010.

MARTINS, M. D. **Açúcar no sertão: a ofensiva capitalista no nordeste do Brasil**. 1ª Edição. São Paulo: Annablume Editora, 2008.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Programa Mais Alimentos - Produção Primária**. Disponível em: <<http://portal.mda.gov.br/portal/saf/maisalimentos/>> Acesso em: 05 de janeiro de 2015.

XIMENES, A.V.S.F.M.; DINIZ, A.S. **Trajetória da SUDENE no Semiárido nordestino** In: IX Encontro de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Estadual Vale Do Acaraú – UVA. **Anais...UVA**, Sobral, 2014.

XIMENES, A.V.S.F.M. **Atuação estatal no semiárido nordestino via DNOCS**. In: IX Encontro de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA, 2014, Sobral. IX Encontro de Pesquisa e Pós-Graduação da UVA, 2014. V.IX.

XIMENES, A.V.S.F.M. O perímetro irrigado Araras Norte e suas implicações socioterritoriais. In: HOLANDA, V.C.C.; CARACRISTI, I. **Sociedade e Natureza no semiárido: Desafios e olhares geográficos**. 1 ed. Sobral: Editora Gráfica Universitária Sobralense, 2013. p. 54-76.

XIMENES, A.V.S.F.M. **Perímetro irrigado Araras Norte e suas implicações socioterritoriais**. Dissertação. (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA, Sobral, Ceará, 2015.

XIMENES, A.V.S.F.M. **Perímetros irrigados no semiárido nordestino: O exemplo do Araras Norte**. In: VIII Encontro de Pós Graduação da e Pesquisa da Universidade Estadual Vale do Acaraú, Sobral. **Anais...** Sobral, 2013.

XIMENES, A.V.S.F.M. **Intervenção estatal no semiárido através da construção de perímetros irrigados: o exemplo do Araras Norte**. In: VI Simpósio Internacional de

Geografia Agrária - VII Simpósio Nacional de Geografia Agrária, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa, 2013.

XIMENES, A.V.S.F.M. Intervenção estatal no semiárido através da construção de perímetros irrigados: o exemplo do Araras Norte. *In: X Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia - Geografias, Políticas Públicas e Dinâmicas Territoriais, São Paulo. Anais...* São Paulo: UFGD Editora, 2013. p. 8777 – 8787.

XIMENES, A.V.S.F.M. **Mulheres colonas do Perímetro irrigado Ayres de Souza:** uma trajetória de trabalho, lutas e conquistas. *In: VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária e IX Simpósio Nacional de Geografia Agrária, Curitiba. Anais...* Curitiba, 2017.